

Barbieri, Daniel; Pilati, Ronaldo
Julgamento Moral do Aborto: Influência da Atitude Prévia, Princípios Deontológicos e Utilitaristas
Psico-USF, vol. 23, núm. 3, 2018, Julho-Setembro, pp. 527-537
Universidade de São Francisco, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia

DOI: 10.1590/1413-82712018230311

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401058321012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

Julgamento Moral do Aborto: Influência da Atitude Prévia, Princípios Deontológicos e Utilitaristas

Daniel Barbieri¹

Ronaldo Pilati²

¹Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, DF

²Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF

Resumo

Julgamentos morais fazem parte do cotidiano das pessoas e processos cognitivos são utilizados como base para a formulação de um julgamento moral. Este trabalho tem como objetivo mensurar o efeito covariante da atitude prévia em relação a um tema moral na relação entre a sobrecarga cognitiva e o julgamento de um cenário moral. O Experimento 1 testou a relação direta entre princípios morais (i.e., deontológico e utilitarista) e sobrecarga cognitiva em uma tarefa de julgamento moral. No Experimento 2, foi testada a interferência da atitude prévia em tarefa de julgamento moral. Em ambos os experimentos, a amostra foi composta por estudantes universitário, em sua maioria homens. Os resultados sugerem que a sobrecarga cognitiva induz um julgamento de origem deontológica e que a atitude prévia em relação a um objeto moral interfere significativamente na tarefa de julgamento moral independente do cenário.

Palavras-chave: julgamento moral, atitude prévia, sobrecarga cognitiva

Abortion Moral Judgement: Influence of Previous Attitude, Deontological and Utilitarian Principles

Abstract

Moral judgments are part of everyday life and cognitive processes are used as a basis for formulating them. The objective of this study is to measure the covariant effect of prior attitude toward a moral issue in the relationship between cognitive overload and judgment of a moral issue. The first experiment tests the direct relationship between moral principles (i.e. deontological and utilitarian) and cognitive overload in a moral judgment task. The second experiment tests the interference of prior attitude in a moral judgment task. In both experiments the sample was composed by undergraduate students, mostly men. The results suggest that cognitive overload induces a deontological judgment and that prior attitude toward a moral object interferes significantly in the moral judgment task, regardless of the context.

Keywords: Moral judgment; previous attitude; cognitive overload

Juicio Moral del Aborto: Influencia de la Actitud Previa, Principios Deontológicos y Utilitaristas

Resumen

Juicios morales hacen parte de lo cotidiano de las personas y procesos cognitivos son utilizados como base para la formulación de un juicio moral. Este estudio tiene como objetivo medir el efecto covariante de la actitud previa con relación a un tema moral en la relación entre la sobrecarga cognitiva y el juicio de un escenario moral. El primer experimento pone a prueba la relación directa entre los principios morales (i.e. deontológico y utilitarista) y sobrecarga cognitiva en una tarea de juicio moral. El segundo experimento pone a prueba la interferencia de la actitud previa en la tarea de juicio moral. En ambos experimentos la muestra fue compuesta por estudiantes universitarios, en su mayoría hombres. Los resultados sugieren que la sobrecarga cognitiva induce a un juicio de origen deontológico y que la actitud previa con relación a un objeto moral interfere significativamente en la tarea de juicio moral independiente del escenario.

Palabras-clave: juicio moral; actitud previa; sobrecarga cognitiva

“Aborto é crime contra a vida [...] No caso do anencéfalo, não existe vida possível. O feto anencéfalo é biologicamente vivo, por ser formado por células vivas, e juridicamente morto, não gozando de proteção estatal. [...] O anencéfalo jamais se tornará uma pessoa. Em síntese, não se cuida de vida em potencial, mas de morte segura. Anencefalia é incompatível com a vida” (Mello conforme citado em Santos, 2012).

O trecho anterior corresponde à fala do Ministro Marco Aurélio Mello do Supremo Tribunal Federal do Brasil durante à votação de um projeto de emenda

constitucional que julgava a descriminalização do aborto de fetos anencéfalos. Esse julgamento ganhou muita atenção visto que, anteriormente, dentro da compreensão jurídica, o ato de se levar um outro ser humano à morte era entendido como algo criminoso, sendo cometido com ou sem justificativas plausíveis. O julgamento resultou em uma decisão dividida da corte, no entanto, favorável à descriminalização e, em consequência disso, o país se desdobrou para discutir o tema com pessoas defendendo a causa e outras oferecendo resistência à decisão da suprema corte.

Está claro que além da influência de processos cognitivos atrelados à decisão, os julgamentos dos ministros tiveram como base a interpretação da lei, mais precisamente da constituição federal (Brasil, 1988). No entanto, é possível se questionar sobre quais são os processos que embasam o julgamento das demais pessoas que passaram a discutir o tema e não tinham papel jurídico nessa questão. Entende-se que as pessoas, inclusive as desconhecedoras da lei, utilizam diversas ferramentas cognitivas para chegar a uma decisão a respeito de um tema relacionado à vida, podendo essa ser guiada por questões morais, religiosas, científicas ou, até mesmo, convicções do que é entendido como certo e errado. Uma das maneiras de se investigar como decisões morais são tomadas é compreender quais são os fatores cognitivos implicados nesse processo.

O processo de julgamento moral é um fenômeno que tem sido amplamente investigado no âmbito da Psicologia e refere-se à tarefa de tomada de decisão relacionada a objetos morais (Blair, 1995; Tangney, Stuewig, & Mashek, 2007). Além disso, o tema moralidade como um todo é extensivamente pesquisado na Psicologia e não se trata de, propriamente, um objeto novo (Jacoby, 1991; Kohlberg, 1996). Subentende-se que esse processo se difere de outros tipos de tomada de decisão uma vez que, nesses casos, não existe uma decisão isenta de consequências negativas (e.g., decisão de abortar ou não no caso de uma gestação de um feto anencéfalo) (Haidt, 2001; Jacoby, 1991).

Os estudos de julgamento moral apontam que existem diversas variáveis que interferem na tomada de decisão (Conway & Gawronski, 2013; Greene, Morelli, Lowenberg, Nystrom, & Cohen, 2008; Haidt, 2001; Paxton, Ungar, & Greene, 2011). No entanto, um dos elementos que deve ser considerado nesse raciocínio é o de que existem diferentes tipos de processamento cognitivo implicados (Paxton et al., 2011). Segundo Jacoby (1991) o julgamento moral pode se dar por meio de diferentes usos da memória de acordo com o raciocínio empregado pelo sujeito durante a tarefa.

Sob essa compreensão criada por Jacoby (1991), Conway e Gawronski (2013) propuseram um modelo de julgamento moral que coaduna-se ao modelo dual de processamento da Psicologia Cognitiva (Bargh, Gollwitzer, Lee-Chai, Barndollar, & Trötschel, 2001). Esse modelo prevê que tarefas de processamento estariam ligadas a duas dimensões, uma automática e outra controlada. O que o modelo de Conway e Gawronski (2013) propõe é que uma decisão moral também pode ser guiada por dois princípios, o deontológico e o

utilitarista. No caso do princípio deontológico, a decisão é tomada com base nos elementos que são entendidos por certo e errado. Já no caso de uma decisão utilitarista, é utilizada uma lógica de análise das consequências com relação a cada contexto (Conway & Gawronski, 2013).

Sendo assim, os autores do modelo de julgamento moral traçaram uma interação entre esse modelo e o modelo de processamento dual da informação. O que se prevê é que decisões de cunho deontológico estariam mais relacionadas a processamento automático do que controlado. Essa relação é sustentada visto que dentro do processo de julgamento moral, uma decisão utilitarista faz mais uso de raciocínio e interpretação da situação do julgamento do que uma decisão deontológica. Além disso, assim como é apontado pelo modelo de Bargh et al. (2001), o processamento automático é mais rápido e, portanto, menos dependente de elementos consequenciais, que são considerados em decisões utilitaristas.

Com base no entendimento da ocorrência dessa possível interação entre os modelos descritos, Conway e Gawronski (2013) apontam que uma variável a ser considerada é a sobrecarga cognitiva, que pode ser entendida como um esgotamento da memória de trabalho quando há mais de uma tarefa concorrendo pela atenção do sujeito (Paas, Renkl, & Sweller, 2004). Esse tipo de efeito pode fazer com que os sujeitos tenham o seu processamento dedicado a uma determinada tarefa reduzido (Ayres & Paas, 2012; Hoffmann, von Helversen, & Rieskamp, 2013; Paas et al., 2004). Essa é uma variável que deve ser considerada, uma vez que o possível esgotamento dos recursos cognitivos destinados a uma tarefa pode provocar mudanças quanto ao processamento da informação, aumentando assim a probabilidade da ocorrência de um processamento automático. Sendo assim, o que se pressupõe neste trabalho é que a inserção de uma tarefa de sobrecarga cognitiva em uma tarefa de julgamento moral pode aumentar a probabilidade do endosso de decisões deontológicas.

Nessa linha de pesquisa, uma lacuna identificada na literatura se refere à interferência que a atitude prévia em relação ao objeto moral pode exercer no efeito que processos automáticos e controlados produzem sobre a tomada de decisão moral (Carlton, Nelson, & Coleman, 2000; Stets & Leik, 1993). Os estudos analisados abordam questões centradas no momento em que o sujeito está implicado na tarefa de julgamento moral. O que o presente trabalho investiga e questiona é o papel interveniente de uma atitude prévia com relação ao objeto moral. Dessa forma, supõe-se que a atitude prévia dos

participantes em relação a um tema moral pode interferir nos demais julgamentos relacionados a esse mesmo tema. Portanto, o objetivo deste trabalho foi o de mensurar a influência de uma atitude prévia em relação a um tema moral na tarefa de julgamento moral com base nos princípios deontológicos e utilitaristas. Como objetivos específicos, buscou-se verificar se a inserção de uma tarefa de sobrecarga cognitiva na tarefa de julgamento moral aumentará a probabilidade do endosso de decisões baseadas no princípio deontológico.

Sabe-se que as atitudes que as pessoas têm em relação a temas morais, como o aborto, interferem em seus julgamentos e opiniões (Carlton, Nelson, & Coleman, 2000; Craig, Kane, & Martinez, 2002; Stets & Leik, 1993). No entanto, os processos cognitivos atrelados a essa tarefa devem ser investigados empiricamente a fim de se entender o papel moderador de determinadas variáveis em uma tarefa de julgamento moral.

Neste trabalho foram desenvolvidos dois experimentos, o primeiro testa a influência de uma tarefa de sobrecarga cognitiva no julgamento de um cenário de aborto. No segundo experimento a atitude prévia das pessoas é investigada como preditora do endosso de um princípio moral e verifica-se se essa variável influencia de alguma maneira o julgamento do cenário.

Experimento 1

Nesse experimento, o que se pressupõe é que há uma interação direta entre os processos cognitivos que são empregados em uma tarefa de sobrecarga bem como a sua interação com os princípios morais guiares do julgamento moral. Segundo nessa linha, o modelo de Conway e Gawronski (2013) prevê que a tarefa de julgamento moral pode ser guiada por dois princípios, o deontológico e o utilitarista. Esse modelo é bem aceito entre os pesquisadores, no entanto, no contexto cultural brasileiro, trata-se de um modelo que ainda não foi testado. Assumindo o fato de que diferenças culturais podem interferir nesse tipo de processo, é interessante que se faça uma replicação desse processo no contexto local.

Além disso, do ponto de vista metodológico, a interação entre o modelo de julgamento moral e a sobrecarga cognitiva carece de operacionalização. Isso se faz necessário visto que é sabido que a interferência em recursos cognitivos, como a atenção, pode provocar o uso de diferentes princípios morais na tarefa de julgamento moral (Greene et al., 2008; Paas, Renkl, & Sweller, 2003; Sweller, 1988). Sendo assim, esse experimento tem como objetivo mensurar a interferência de

uma tarefa de sobrecarga cognitiva na tarefa de julgamento moral com base nos princípios deontológico e utilitarista. Como objetivo secundário, buscou-se medir a diferença do endosso de argumentos deontológicos e utilitaristas que embasem a decisão tomada no julgamento moral.

Embora isso já esteja de certa maneira consolidada dentro da pesquisa da área, é de fundamental importância para os objetivos gerais deste trabalho que a relação entre as variáveis analisadas seja bem estabelecida experimentalmente no contexto atual de pesquisa. Portanto, a construção de elementos instrumentais, como cenários, escalas e a própria tarefa de sobrecarga, tiveram de ser testados a fim de se observar se essas relações se davam da mesma maneira que nos estudos de base (Conway & Gawronski, 2013; Greene et al., 2008; Tanner, Medin, & Iliev, 2008). Portanto esse experimento tem duas hipóteses: inicialmente assume-se que decisões baseadas em argumentos utilitaristas serão mais endossadas do que as deontológicas, uma vez que as primeiras têm uma lógica baseada nas consequências do ato. Além disso, hipotetiza-se que uma tarefa de sobrecarga cognitiva pode aumentar a probabilidade do endosso de decisões deontológicas. Quanto à escolha do objeto moral, optou-se pelo aborto. Esse objeto foi escolhido, pois se refere a um dos que tem sido tradicionalmente utilizados em paradigmas semelhantes (Conway & Gawronski, 2013; Stets & Leik, 1993).

Método

Participantes

Após descartes por conta de inadequações no preenchimento do questionário, o experimento contou com a participação de 86 estudantes universitários. Todos foram convidados mediante abordagem nos corredores da universidade para participar do estudo e tinham a opção de desistir da tarefa a qualquer momento. A maioria foi composta por homens ($n = 57$). A média de idade foi de 22,05 anos ($DP = 7,15$). Os participantes foram alocados aleatoriamente em quatro condições experimentais resultantes dos cruzamentos feitos entre os princípios deontológico/utilitarista e a presença ou não de sobrecarga cognitiva.

Instrumentos

Textos relativos aos princípios morais. Foram elaborados dois textos que buscavam simular uma situação na qual uma mulher tomava a decisão de abortar uma gravidez (ver apêndices 1 e 2). O fator

diferenciador nos textos era o que baseava a decisão de abortar. Em um texto a decisão tinha uma base deontológica e, no outro caso, utilitarista. Em ambos os textos o resultado era o mesmo, a morte do feto. Os textos foram elaborados exclusivamente para esse projeto e tiveram como base os dilemas utilizados por Conway e Gawronski (2013).

Escala de Endosso Moral. Para aferir a atitude dos participantes com relação ao cenário apresentado, foi elaborada uma escala de endosso da atitude moral (ver apêndice 3) composta por seis itens de concordância tipo Likert de 5 pontos. O instrumento apresentou índices de confiabilidade aceitáveis ($\alpha = 0,84$) e era composto por questões de avaliação direta da decisão do personagem do cenário como “Me incomoda o fato de Maria ter decidido abortar” e “Considero correta a decisão final tomada por Maria”. Em conjunto com essa escala anterior, foi apresentado o seguinte item: O texto anterior trata de uma história relacionada à vida de uma mulher, esta foi uma ferramenta de checagem de manipulação experimental e os sujeitos que apresentaram algum grau de discordância foram retirados da análise.

Tarefa de Sobrecarga. Para a manipulação da sobrecarga cognitiva, foi elaborada uma faixa de áudio contendo *bip's* sonoros em intervalos variáveis. A tarefa do participante consistia em, ao ouvir o *bip*, registrá-lo em uma tabela de checagem que era posteriormente analisada. Foi admitida uma margem de três erros a mais ou a menos para um eventual descarte. Os participantes ouviam o áudio por meio do uso de um tocador de mp3 e fones de ouvido.

Procedimento

O objetivo central desse experimento foi o de cruzar as variáveis de julgamento moral e sobrecarga cognitiva. Nesse caso, foram geradas quatro condições experimentais. Duas condições relacionadas ao princípio moral deontológico, com ou sem a sobrecarga cognitiva e duas condições relacionadas ao princípio moral utilitarista, com ou sem a sobrecarga cognitiva.

Todas as medidas utilizadas compunham um questionário autoexplicativo que o participante deveria responder ao realizar o estudo. Um experimentador ficava no local da coleta para dar as instruções de preenchimento do questionário bem como controlar o cumprimento do procedimento. Os participantes nas condições com a presença de sobrecarga deveriam, além de preencher o questionário, registrar na tabela de checagem a ocorrência de *bip's*. A faixa de áudio era

reproduzida durante toda a sessão de preenchimento dos instrumentos. A instrução era dada para que não houvesse interrupção na execução da tarefa e eventuais dúvidas seriam esclarecidas ao final da pesquisa.

Para as análises de dados, foram conduzidas análises de variância e, por fim, antes de se dar início ao processo de coleta de dados desse experimento, atentou-se para os cuidados éticos. Nesse sentido, foram adotadas as recomendações dadas pelo Manual da *American Psychological Association* (VandenBos, 2010). Além disso, seguiu-se também as recomendações éticas referentes à pesquisa que estão contidas no Código de Ética do Psicólogo.

Resultados

As análises foram iniciadas verificando-se a relação entre as variáveis de sobrecarga cognitiva e atitude com relação ao cenário moral. Verificou-se que, nesse cruzamento, não houve diferenças significativas entre os grupos analisados $F(1,3) = 0,48$; $p = 0,5$. Esses resultados indicam que a sobrecarga cognitiva não exerceu influência significativa na maneira como as pessoas endossaram a decisão tomada pela personagem do cenário.

Em seguida, prosseguiu-se com a análise da diferença no endosso de decisões utilitaristas ou deontológicas no cenário. As análises indicaram que houve uma variação significativa na atitude dos sujeitos de acordo com o princípio moral que guiou a decisão da personagem no cenário, $F(1,3) = 20,14$, $p < 0,001$, $\eta_p^2 = 0,197$. Nesse caso, o grupo que leu um cenário cuja justificativa da personagem foi pautada em elementos utilitaristas tendeu a discordar mais da decisão no cenário e, portanto, emitiram uma atitude contrária ao aborto, $M = 3,78$ ($DP = 0,90$). O grupo que leu o cenário com bases deontológicas tendeu a concordar mais com a decisão da personagem em abortar, $M = 2,92$ ($DP = 0,94$).

A interação entre a presença da sobrecarga cognitiva e os princípios morais norteadores da decisão no cenário moral resultou em uma diferença significativa na atitude dos grupos experimentais analisados, porém com tamanho de efeito reduzido, $F(1,3) = 3,59$, $p = 0,039$, $\eta_p^2 = 0,051$. O grupo que leu o cenário utilitarista na presença da sobrecarga cognitiva apresentou uma atitude mais favorável ao aborto, $M = 4,06$ ($DP = 0,78$). Assim como o grupo anterior, as pessoas que leram o cenário utilitarista sem a sobrecarga também tenderam a aceitar mais a decisão da personagem, $M = 3,51$ (DP

= 0,94). Por outro lado, o grupo formado pelas pessoas que leram o cenário deontológico com sobrecarga tendeu a discordar mais do aborto, $M = 2,77$ ($DP = 1,11$) e, por fim, os participantes do grupo deontológico sem sobrecarga também tenderam a apresentar uma atitude contrária à da personagem, $M = 3,04$ ($DP = 0,77$).

Discussão

Com base nos objetivos traçados, buscou-se analisar o teste das hipóteses formuladas. Em parte, verificou-se que as hipóteses estabelecidas podem ser aceitas. Com base nas conclusões providas por Conway e Gawronski (2013), buscou-se interpretar os dados deste estudo em paralelo aos já existentes na literatura. Em relação à sobrecarga cognitiva, verificou-se que os resultados não se mostraram semelhantes ao que é apontado. No entanto, um elemento merece destaque, o aumento da discordância com relação ao aborto nos sujeitos da condição deontológica com sobrecarga cognitiva. Parte da explicação para esse fato centra-se no que é apontado pela literatura de que o acréscimo de uma sobrecarga cognitiva faz com que o sujeito tenha a tendência de tomar decisões mais deontológicas, pautadas no que é certo e errado (Greene et al., 2008). Sob esse ponto de vista, pode-se perceber que o julgamento das pessoas se direciona mais para a conclusão de que abortar é errado, não importando a justificativa. Essa explicação vale-se do entendimento de que causar a morte de uma outra pessoa é um ato errado.

Com relação ao modelo de julgamento moral (Jacoby, 1991) o que se verifica é que as pessoas que leram o cenário utilitarista foram mais favoráveis à decisão da personagem de abortar e, em contrapartida, as pessoas na condição deontológica foram mais contrárias à essa decisão. Esses dados estão de acordo com o que é proposto por Conway e Gawronski (2013), pois, na condição utilitarista, o que aparece para os sujeitos é uma justificativa plausível para o aborto, ou seja, caso a personagem não realizasse o aborto tanto ela como o bebê morreriam. Já os participantes na condição deontológica possivelmente não julgaram os argumentos do cenário como sendo suficientes para justificar um aborto.

O aborto é um tema de muito envolvimento por parte da sociedade brasileira e, portanto, as pessoas tendem a ter uma opinião crítica formada sobre o assunto (Sereno & Leal, 2009). Fato é que parte da explicação para as pessoas em geral terem uma atitude favorável ao aborto deve-se principalmente ao fato da amostra

ser composta por estudantes universitários (Carlton et al., 2000). É reconhecido que, no meio acadêmico, as opiniões tendem a ser menos influenciadas por fatores como religião e até mesmo crenças pessoais.

Com base nos resultados obtidos por esse experimento, acabaram surgindo alguns questionamentos. Primeiro a respeito do cenário deontológico. Após analisar os dados, verificou-se que, mesmo que a decisão da personagem se pautasse em elementos deontológicos, havia uma racional utilitarista, pois a lógica de que haveria uma consequência danosa para as relações familiares da personagem poderia ser entendida como uma justificativa adequada. Esse elemento foi reformulado no Experimento 2.

Experimento 2

Nesse experimento, passou-se a questionar como a atitude prévia sobre o aborto exerce influência na interação entre os princípios morais e a sobrecarga cognitiva. Após isso, buscou-se inserir a atitude prévia como covariante na interação entre sobrecarga cognitiva e princípios morais. Com isso, o objetivo desse experimento foi testar se a atitude prévia do sujeito com relação ao aborto exerce influência sobre a tomada de decisão moral que pode ser fundamentada nos princípios deontológico e utilitarista (Greene, 2007; Jacoby, 1991), quando na presença ou ausência de sobrecarga cognitiva. Seguindo o mesmo desenho do Experimento 1, novamente utilizou-se como base o delineamento proposto por Conway e Gawronski (2013). As demais interações entre variáveis aplicadas no Experimento 1 foram repetidas nesse experimento. Além disso, foram feitas alterações no cenário deontológico a fim de torná-lo mais adequado para a manipulação.

Método

Participantes

O experimento contou com a participação de 91 pessoas. Entre os sujeitos, a maioria foi composta por homens ($n = 51$) e a média de idade foi de 20,57 anos ($DP = 3,16$). Assim como no Experimento 1, os participantes foram alocados de maneira aleatória em quatro grupos experimentais.

Instrumentos

Escala de Mensuração da Atitude Prévia. Como um dos elementos centrais deste experimento foi a atitude prévia, elaborou-se uma escala que pudesse mensurar esse construto. Parte dos itens foi

elaborada exclusivamente para esse projeto e outros foram aproveitados de uma escala já existente (Sereno & Leal, 2009). A escala elaborada continha dez itens que mensuravam a opinião das pessoas com relação ao aborto (ver apêndice 4) e apresentou índices de confiabilidade aceitáveis ($\alpha = 0,85$). As respostas eram fornecidas por meio de uma escala de concordância tipo Likert de 5 pontos que variava de *discordo totalmente* até *concordo totalmente*.

Sobrecarga Cognitiva. A tarefa de sobrecarga se manteve a mesma; quanto aos cenários somente o deontológico foi modificado para torná-lo mais adequado. Após o Experimento 1, optou-se por excluir um item da escala: Eu nunca recomendaria a alguém que tomasse a mesma decisão que Maria. Após as análises, foi entendido que o item tinha uma ideia extrema, sendo assim, poderia ter dificultado a tarefa dos participantes do experimento. A escala final apresentou um índice de confiabilidade satisfatório ($\alpha = 0,88$).

Procedimento

Assim como no Experimento 1, as medidas elaboradas compuseram um questionário que os participantes tiveram de responder. À diferença do estudo anterior, a tarefa sobrecarga cognitiva foi iniciada somente após os sujeitos responderem a escala de atitude prévia. Isso foi feito para evitar possíveis interferências da sobrecarga na compreensão dos itens. Após essa etapa, o restante do experimento permaneceu o mesmo. Novamente foi feito o cruzamento das variáveis princípio moral na tarefa de julgamento e sobrecarga cognitiva, gerando assim quatro condições experimentais. Por fim, assim como no experimento anterior, foram seguidos cuidados éticos contidos estabelecidos pela APA.

Resultados

Assim como no Experimento 1, o princípio moral utilizado influenciou de maneira significativa no modo como as pessoas julgaram o cenário moral, $F(1,3) = 27,65, p < 0,001, \eta^2_p = 0,241$. Os participantes que leram o cenário utilitarista tenderam a concordar mais com a decisão da personagem de abortar, $M = 3,77 (DP = 1,05)$. Por outro lado, as pessoas que estavam na condição do cenário deontológico emitiram atitude mais desfavorável à decisão de abortar, $M = 2,62 (DP = 1,09)$. A interação entre as variáveis de sobrecarga cognitiva e princípio moral no cenário não resultou em variações significativas entre os grupos.

A atitude frente ao cenário diferiu de maneira marginalmente significativa, $F(1,4) = 3,51, p = 0,064$,

$\eta^2_p = 0,039$. Nesse caso, as pessoas que realizaram a tarefa com sobrecarga cognitiva tenderam a discordar mais da decisão tomada pela personagem, $M = 3,05 (DP = 1,21)$. Já os participantes que não estavam na condição de sobrecarga tenderam a concordar mais com a decisão de abortar, $M = 3,38 (DP = 1,19)$. Esse resultado vai no sentido contrário do que foi verificado no Experimento 1.

Fazendo a análise da atitude prévia com relação ao aborto como covariante da relação entre a sobrecarga cognitiva e princípio moral, verificou-se que a atitude prévia está significativamente relacionada com a atitude moral medida posteriormente à apresentação do cenário, $F(1,4) = 136,64, p < 0,001, \eta^2_p = 0,614$. Foi verificado também que essas duas variáveis se correlacionam de maneira significativa, $r = 0,646, p < 0,001$. Desse modo, os dados indicam que a variação do julgamento do cenário ocorre no mesmo sentido da atitude prévia do sujeito em relação ao aborto. Além disso, quando foi analisada a atitude prévia como covariante da relação entre a sobrecarga e o julgamento do cenário, a diferença entre os grupos que estavam nas condições sobrecarga ou não, foi intensificada, $F(1,4) = 7,42, p = 0,008, \eta^2_p = 0,079$. Bem como o julgamento do cenário com base nos princípios morais novamente apresentou diferenças significativas, $F(1,4) = 82,70, p < 0,001, \eta^2_p = 0,490$. Outra análise que foi realizada se refere à possível influência do sexo dos participantes na atitude moral frente ao aborto. No entanto, após a realização das análises de variância controlando essa variável não foram verificadas diferenças significativas na atitude moral entre os homens e mulheres.

Discussão

Com base nos elementos encontrados na análise dos dados, verificou-se que, novamente, os resultados indicam que o tipo de princípio moral utilizado no cenário interfere diretamente na atitude das pessoas ao julgar o cenário moral. Os dados apresentados concordam com os achados de Greene et al. (2008) no que se refere à interação entre a sobrecarga e tipo de princípio moral. A sobrecarga fez com que as pessoas discordassem mais da decisão de abortar. É possível compreender isso com base na lógica de que a tarefa de sobrecarga interfere nos processos cognitivos empregados na tarefa de interpretar os argumentos apresentados (Lavie, 2010; Paas et al., 2004). Um aspecto que deve ser ressaltado é o fato de que, em termos de recursos cognitivos, uma decisão utilitarista demanda mais

processamento controlado do que uma decisão deontológica. Nessa decisão, ocorre um julgamento baseado nas consequências que envolvem processos que podem ser atrapalhados por uma tarefa concorrente. Isso foi claramente observado quando a tarefa de sobrecarga cognitiva foi inserida no procedimento.

Nesse estudo, o elemento central refere-se à relação da atitude prévia com a atitude no cenário. Com base na análise das correlações, verificou-se basicamente que a atitude que as pessoas têm a respeito do aborto interfere significativamente na opinião delas no cenário independente da manipulação. A correlação forte entre as duas variáveis possibilita aceitar o entendimento de que a opinião das pessoas é um elemento de bastante força que irá regular suas atitudes qualquer que seja o contexto (Carlton et al., 2000; Stets & Leik, 1993). Em complemento a isso, é sabido que temas morais são provocadores de muita discussão e repercussão e também são considerados como mais custosos quando se analisa o processo de mudança de atitude (Graham et al., 2013; Haidt et al., 2009; Hitlin & Piliavin, 2004). Isso pode auxiliar na explicação de que, em tarefas de julgamento moral, provocar uma mudança de atitude é algo mais custoso do ponto de vista processual.

Discussão Geral

O objetivo principal deste projeto foi o de mensurar a influência da atitude prévia em uma tarefa de julgamento moral. Com base nos resultados encontrados, verificou-se que essa influência ocorre de maneira significativa. Os resultados do Experimento 2 mostraram que a atitude dos participantes antes da manipulação se manteve de maneira equivalente no julgamento do cenário e que de fato têm-se evidências de que a atitude das pessoas com relação a um objeto moral interfere numa tarefa de julgamento moral posterior (Stets & Leik, 1993). As explicações para esse efeito se centram no fato de que a mudança de atitude relacionada a objetos morais pode ser entendida como mais custosa e, por isso, há uma tendência maior que nesses casos a atitude inicial seja mantida (Graham et al., 2013; Paxton et al., 2011).

Assim como os elementos apontados por estudos anteriores a respeito do tema (Conway & Gawronski, 2013; Jacoby, 1991), os dados desta pesquisa sugerem que o tipo de princípio moral utilizado em uma determinada decisão moral exerce influência na atitude das pessoas que julgam essa decisão. De certa maneira, foi possível concluir que embora os participantes do

estudo tenham uma atitude mais favorável ao aborto, dependendo da justificativa que foi dada para o ato, essa atitude pode mudar. Ou seja, as decisões baseadas no princípio utilitarista foram mais aceitas e, portanto mais apoiadas, baseadas no raciocínio de que havendo uma justificativa plausível, como, por exemplo uma ameaça à saúde da mãe, o aborto poderia ser aceito (Sereno & Leal, 2009). A decisão do aborto de fetos anencéfalos havia sido pautada em dois elementos, no primeiro em que não haveria chance de sobrevivência para o feto e, no segundo, de que o prosseguimento da gestação poderia resultar em danos graves à saúde da mãe. Sendo assim, pode-se perceber que o princípio utilitarista esteve implicado diretamente nas decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal.

É importante destacar, também, que, embora haja casos onde a decisão de abortar é mais aceita, a aceitação não é feita de modo extremo, isso fica claro ao perceber que mulheres que fizeram aborto relatam que tal ato foi feito com muito sofrimento (Craig, Kane, & Martinez, 2002; Sereno & Leal, 2009). Sendo assim, embora seja possível que hajam justificativas plausíveis para se abortar, este continua sendo um ato contra a vida e, portanto, dentro de um entendimento de outro escopo teórico poderia ser visto ao mesmo tempo como uma atitude que leva cuidado para a mãe, mas dano para a criança (Graham et al., 2013; Haidt et al., 2009).

Com base no que foi obtido neste trabalho, é possível traçar algumas implicações: do ponto de vista teórico, verificou-se que este trabalho contribuiu para o entendimento do papel da atitude prévia e da sobrecarga cognitiva em tarefas de julgamento moral. Não foram encontrados estudos relacionados a esse tema na literatura nacional, portanto, acredita-se que os aportes fornecidos por esse trabalho facilitem a compreensão desse fenômeno no contexto cultural brasileiro.

Por fim, reconhece-se o fato de que mulheres são as principais implicadas em um ato de aborto e, dessa forma, esta pode ter sido uma variável interveniente no presente estudo. Por conta de limitações da amostra, não foi possível comparar a atitude moral entre homens e mulheres, no entanto sugere-se que seja investigada essa possível influência em estudos futuros.

Referências

- Ayres, P., & Paas, F. (2012). Cognitive load theory: New directions and challenges. *Applied Cognitive Psychology*, 26(6), 827-832. doi: 10.1002/acp.2882

- Bargh, J. A., Gollwitzer, P. M., Lee-Chai, A., Barndollar, K., & Trötschel, R. (2001). The automated will: Nonconscious activation and pursuit of behavioral goals. *Journal of Personality and Social Psychology, 81*(6), 1014-1027. doi: 10.1037/0022-3514.81.6.1014
- Blair, R. J. R. (1995). A cognitive developmental approach to morality: investigating the psychopath. *Cognition, 57*(1), 1-29. doi: 10.1016/0010-0277(95)00676-P
- Carlton, C. L., Nelson, E. S., & Coleman, P. K. (2000). College students' attitudes toward abortion and commitment to the issue. *The Social Science Journal, 37*(4), 619-625. doi: 10.1016/S0362-3319(00)00101-4
- Conway, P., & Gawronski, B. (2013). Deontological and utilitarian inclinations in moral decision making: A process dissociation approach. *Journal of Personality and Social Psychology, 104*(2), 216-35. doi: 10.1037/a0031021
- Craig, S. C., Kane, J. G., & Martinez, M. D. (2002). Sometimes you feel like a nut, sometimes you don't: Citizens' ambivalence about abortion. *Political Psychology, 23*(2), 285-301. doi: 10.1111/0162-895X.00282
- Graham, J., Haidt, J., Koleva, S., Motyl, M., Iyer, R., Wojcik, S. P., & Ditto, P. H. (2013). Moral foundations theory: The pragmatic validity of moral pluralism. *Advances in Experimental Social Psychology, 47*, 55-130. Recuperado de <https://ssrn.com/abstract=2184440>
- Greene, J. D. (2007). The Secret Joke of Kant's Soul. Em S.-A. W (Ed.), *Moral Psychology* (pp. 35-117). Cambridge MA: MIT press.
- Greene, J. D., Morelli, S. a, Lowenberg, K., Nystrom, L. E., & Cohen, J. D. (2008). Cognitive load selectively interferes with utilitarian moral judgment. *Cognition, 107*(3), 1144-54. doi: 10.1016/j.cognition.2007.11.004
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: A social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review, 108*(4), 814-834. doi: 10.1037/0033-295X.108.4.814
- Haidt, J., Kesebir, S., Desteno, D., Ditto, P., Fiske, S., Gilbert, D., ... Joseph, C. (2009). Morality (in Handbook of Social Psychology). Em *Handbook of Social Psychology* (pp. 1-61). doi: 10.1002/9780470561119. socpsy002022
- Hitlin, S., & Piliavin, J. A. (2004). Values: Reviving a dormant concept. *Annual Review of Sociology, 30*(1), 359-393. doi: 10.1146/annurev.soc.30.012703.110640
- Hoffmann, J. A., von Helversen, B., & Rieskamp, J. (2013). Deliberation's blindsight: How cognitive load can improve judgments. *Psychological Science, 24*(6), 869-79. doi: 10.1177/0956797612463581
- Jacoby, L. L. (1991). A process dissociation framework/ : Separating intentional uses of memory automatic from intentional uses of memory. *Journal of Memory and Language, 30*, 513-541. doi: 10.1016/0749-596X(91)90025-F
- Kohlberg, L. (1996). Stage and sequence: The cognitive-development approach. Em Likona, T. (Ed.), *Moral development and behavior - Theory research and social issues*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Lavie, N. (2010). Attention, distraction, and cognitive control under load. *Current Directions in Psychological Science, 19*(3), 143-148. doi: 0.1177/0963721410370295
- Paas, F., Renkl, A., & Sweller, J. (2003). Cognitive load theory and instructional design: Recent developments. *Educational Psychologist, 38*(1), 1-4. doi: 10.1207/S15326985EP3801_1
- Paas, F., Renkl, A., & Sweller, J. (2004). Cognitive load theory: Instructional implications of the interaction between information structures and cognitive architecture. *Instructional Science, 32*(1/2), 1-8. doi: 10.1023/B:TRUC.0000021806.17516.d0
- Paxton, J. M., Ungar, L., & Greene, J. D. (2011). Reflection and reasoning in moral judgment. *Cognitive Science, 36*(1), 163-77. doi: 10.1111/j.1551-6709.2011.01210.x
- Psychological association, A. (2010). *Publication manual of american psychological association*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Santos, D. (2012, 12 de Abril). Supremo decide por 8 a 2 que aborto de feto sem cérebro não é crime [website]. Recuperado de <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/supremo-decide-por-8-2-que-aborto-de-feto-sem-cerebro-nao-e-crime.html>
- Sereno, S., & Leal, I. (2009). Construção e validação de um questionário de valores e crenças sobre

- sexualidade, maternidade e aborto. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 10(2), 193-204.
- Stets, J. E., & Leik, R. K. (1993). Attitudes about Abortion and Varying Attitude Structures. *Social Science Research*, 22, 265-282.
- Sweller, J. (1988). Cognitive load during problem solving: Effects on learning. *Cognitive Science*, 12(2), 257-285. Recuperado de10.1016/0364-0213(88)90023-7
- Tangney, J., Stuewig, J., & Mashek, D. (2007). Moral emotions and moral behavior. *Annual Review of Psychology*, 58, 345-72. doi: 10.1146/annurev.psych.56.091103.070145
- Tanner, C., Medin, D. L., & Iliev, R. (2008). Influence of deontological versus consequentialist orientations on act choices and framing effects/ : When principles are more important than consequences. *European Journal of Social Psychology*, 38, 757-769. doi: 10.1002/ejsp
- VandenBos, G. R. (2010). *Publication manual of american psychological association*. Washington, DC: American Psychological Association.

Recebido em: 07/03/2017

Reformulado em: 06/10/2017

Aprovado em: 11/10/2017

Apêndices

Apêndice 1

Cenário Utilitarista

Maria é uma jovem de 19 anos, estudante e mora com seus pais. Recentemente, Maria descobriu que está grávida de seu namorado. Contudo, os médicos que acompanhavam a gravidez de Maria descobriram que ela está com uma infecção generalizada e que sua gravidez gera grande risco para sua vida. A única maneira de salvar Maria é fazendo o parto o mais rápido possível, contudo, o feto está em estado frágil e não sobreviveria prematuro. Nesse sentido, para evitar maiores problemas, Maria decide abortar.

Apêndice 2

Cenário Deontológico

Maria é uma jovem estudante de 19 anos que mora com seus pais. Recentemente Maria descobriu que está grávida de seu namorado. Contudo, Maria é muito vaidosa com o corpo e engravidar não estava em seus planos de vida. A única maneira de evitar isso seria fazendo o aborto o mais rápido possível o que, obviamente, levaria a morte do feto, mas garantiria a estética desejada. Assim, para evitar a gravidez, Maria decide abortar.

Apêndice 3

Itens da Escala de Endosso Moral

- Eu teria feito o mesmo no lugar de Maria.
- Me incomoda o fato de Maria ter decidido abortar.
- Considero correta a decisão final tomada por Maria.
- O texto anterior trata de uma história relacionada à vida de uma mulher*.
- Maria não deveria ter tomado esta decisão.
- O fato de pessoas abortarem não me agrada.
- Eu nunca recomendaria a alguém que tomasse a mesma decisão de Maria.

* Item de checagem de manipulação.

Apêndice 4

Itens da Escala de Atitude Prévia

Eu concordo com o fato de pessoas abortarem. Eu estaria disposto a apoiar a legalização do aborto. Eu entendo que abortar em alguns casos é compreensível. Eu condenaria uma pessoa que cometeu aborto. Eu entendo que o uso do aborto deveria ser mais discutido pela sociedade. O recurso do aborto é uma boa forma de resolver uma gravidez não desejada. O aborto pode ser prejudicial à saúde psicológica da mulher. O aborto pode ser prejudicial à saúde física da mulher. O aborto é um crime em qualquer circunstância. O aborto é um tema que me causa incomodo.

Sobre os autores:

Daniel Barbieri é mestre em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (PSTO – UnB) e professor do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília UniCEUB.

E-mail: danielbfts@gmail.com

ORCID: 0000-0001-6153-5453

Ronaldo Pilati é doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professor associado do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST-UnB). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO-UnB). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Psicologia Social (LAPSOCIAL UnB).

E-mail: rpilati@unb.br

ORCID: 0000-0003-2982-5033

Contato com os autores:

SHIN CA 2 Lote A 404B, Lago Norte

Brasília-DF, Brasil

CEP: 71502-502